

COLÉGIO PEDRO II

Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura
Programa de Pós-Graduação em Ensino de História

Luiza Almeida Baptista de Souza

OS USOS DO YOUTUBE E O ENSINO DE HISTÓRIA

Rio de Janeiro
2020



Luiza Almeida Baptista de Souza

OS USOS DO YOUTUBE E O ENSINO DE HISTÓRIA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, vinculado à Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Ensino de História.

Orientador Professor Dr. Júlio Cesar Paixão Santos

Rio de Janeiro

2020

COLÉGIO PEDRO II
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA, EXTENSÃO E CULTURA
BIBLIOTECA PROFESSORA SILVIA BECHER
CATALOGAÇÃO NA FONTE

S729 Souza, Luiza Almeida Baptista de

Os usos do Youtube e o ensino de história / Luiza Almeida Baptista de Souza. - Rio de Janeiro, 2020.

73 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ensino de História) – Colégio Pedro II, Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura.

Orientador: Júlio Cesar Paixão Santos.

1. História – Estudo e ensino. 2. História pública. 3. Youtube (Recurso eletrônico). 4. Prática de ensino. I. Santos, Júlio Cesar Paixão. II. Colégio Pedro II. III Título.

CDD 907

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Simone Alves – CRB7 5692.

Luiza Almeida Baptista de Souza

OS USOS DO YOUTUBE E O ENSINO DE HISTÓRIA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História vinculado à Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Ensino de História.

Aprovado em: ____/____/____.

Dr. Júlio Cesar Paixão Santos (Orientador)
Especialização em Ensino de História / Colégio Pedro II

Dr. Leonardo Leonidas de Brito
Especialização em Ensino de História / Colégio Pedro II

Dra. Tânia Mittelman
Departamento de História / Colégio Pedro II

RESUMO

SOUZA, Luiza Almeida Baptista de. **Os usos do YouTube e o ensino de história.** 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ensino de História) – Colégio Pedro II, Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura, Rio de Janeiro, 2020.

Esse trabalho analisa como os vídeos de História publicados em canais do *YouTube* podem servir também ao Ensino de História nos espaços de educação formal. Os três canais que serão analisados são entendidos como exemplos práticos da abordagem da “História Pública”, conceito muito amplo, mas que neste trabalho se refere aos profissionais da área que ampliam seu público a partir da utilização das novas tecnologias. O *YouTube* foi escolhido dentre outras redes sociais por ser muito acessado por jovens brasileiros, que dentre outros propósitos, utilizam a plataforma para fins educacionais e para aprender melhor. O resultado da pesquisa é uma atividade pedagógica pensada a partir da inclusão de vídeos desta plataforma digital em uma aula de História. Os recursos audiovisuais são utilizados como ferramentas de aprendizagem para o ensino de conteúdos específicos da disciplina. O plano de aula também propõe que o professor desperte um olhar crítico do aluno ao acessar a plataforma.

Palavras-chave: Ensino de História. *YouTube*. História Pública

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
2 USOS DO YOUTUBE NA SALA DE AULA.....	7
2.1 História Pública e seus significados.....	7
2.1.1 No Brasil.....	9
2.2 Historiador e as transformações digitais.....	11
2.3 O YouTube e a educação: uma ferramenta pedagógica?.....	14
2.4 YouTube e o Ensino de História.....	16
3 ATIVIDADE PEDAGÓGICA: O MOVIMENTO ABOLICIONISTA BRASILEIRO	23
4 CONCLUSÃO.....	30
REFERÊNCIAS	31
ANEXO A - IMAGEM DO VÍDEO 1 UTILIZADO NO PLANO DE AULA (CANAL LILI SCHWARCZ).....	33
ANEXO B - IMAGEM DO VÍDEO 2 UTILIZADO NO PLANO DE AULA (CANAL CIÊNCIA USP).....	34

1 INTRODUÇÃO

O fenômeno da internet provocou um aumento das demandas sociais pela História e diversos atores sociais fora do campo passaram a fazer usos políticos do passado, nem sempre respeitando o rigor crítico, que os pesquisadores profissionais consideram fundamental. Esse trabalho faz uma discussão sobre o conceito de História Pública, sua institucionalização no Brasil e a relação entre Ensino de História e Internet.

Será feita uma análise de canais de comunicação criados por historiadores a partir das redes sociais, compreendendo-os como exemplos práticos de História Pública. Os canais Leitura ObrigaHistória, História da Ditadura e Lili Schwarcz se relacionam com a História Pública e com o Ensino de História porque podem ser visualizados por qualquer pessoa que tenha acesso a internet, ser também acessados e utilizados por professores (na educação formal) e por pessoas interessadas por temas do passado. Dessa forma, o objetivo central é refletir sobre a relação entre os usos do YouTube e o ensino de História, levando em consideração que a utilização dessa plataforma digital pode servir como ferramenta de aprendizagem e trazer ganhos ao processo de construção do conhecimento.

A internet também proporcionou um alcance maior ao público e a oportunidade de divulgação científica foi ampliada. Os resultados das pesquisas que são financiadas com dinheiro público não ficam mais restritos ao chão da universidade. Eles retornam para a sociedade de maneira mais efetiva e ressaltam a importância do trabalho do historiador. É fundamental pensar *como* se divulga uma pesquisa acadêmica para o grande público. Os especialistas em um tema conseguem fazer isso a partir de vídeos ou entrevistas, como será demonstrado nesse trabalho. A preocupação do historiador com uma escrita não acadêmica *para* o público ampliado também será discutida em perspectiva histórica partindo da ideia de que o passado sempre foi disputado e negociado.

No final do trabalho, uma atividade pedagógica (plano de aula) com o uso de recursos audiovisuais da plataforma YouTube é proposta para ser aplicada em uma turma do 9º ano. Essa rede social é utilizada como ferramenta de aprendizagem, relacionando o ensino de história e as novas mídias no contexto da educação formal. Dessa forma, a aula se torna mais atrativa uma vez que coloca os alunos em contato com vídeos que proporcionam a visualização de imagens, fotos e ilustrações, possibilitando como resultado uma forma diferenciada de ensino.

2 USOS DO YOUTUBE NA SALA DE AULA

2.1 História Pública e seus significados

Almeida e De Oliveira Rovai (2011) afirmam que o conceito de História Pública surgiu na Inglaterra nos anos 1970. A revista *History Workshop Journal* (1976), resultado de oficinas organizadas em Oxford por Raphael Samuel, teve um papel fundamental para o início das discussões sobre o tema. Segundo as autoras, as principais preocupações dos historiadores ingleses eram descentralizar a história para além da academia e democratizar a reflexão sobre “os usos políticos do passado e do presente”. A história deveria ser conhecimento público e estava voltada para uma “inter-relação de memória e narrativa”. A valorização de identidades coletivas e mediação de conhecimentos locais passaram a ser agenda da história pública nascente.

Nos EUA, o professor Richard Kelly, da Universidade da Califórnia, fundou a revista *The Public Historian*, em 1978. Nesse período, uma grande crise de desemprego afetava os historiadores recém-formados e a história pública foi uma alternativa à conjuntura. Dessa forma, o surgimento da história pública nos Estados Unidos estava relacionado à empregabilidade do historiador que estava fora da sala de aula. O trabalho desse profissional que atuaria fora da academia ou da escola poderia incluir funções no governo, nas empresas privadas, nos museus, nos meios de comunicação, entre outros.

O National Council for Public History, criado em 1979, também nos EUA, passou a pensar como seria a preparação para a atuação do historiador público. Segundo Santhiago (2018), iniciou-se assim uma fase de institucionalização, a qual muitos programas de pós-graduação especializados foram criados com o objetivo de capacitar esse novo tipo de profissional. Para trabalhar em empresas de comunicação, bibliotecas ou museus, o historiador precisaria dominar um conjunto de conhecimentos referentes ao tipo de trabalho específico de atuação.

Segundo Frisch (2016, p. 58), professor da Universidade de Nova York, nos Estados Unidos:

uma tensão específica foi responsável por dar muito do gás da história pública recente feita no país. As chamadas “guerras culturais” ao redor do multiculturalismo e as reivindicações de comunidades ligadas a identidades de raça, classe, gênero e sexualidade desafiaram os pressupostos da cultura nacional em muitos casos e em muitos lugares, e têm tido um valor especificamente forte na história pública.

O autor também destaca que quando esteve no Brasil há mais de 15 anos para o encontro da Associação Brasileira de História Oral, em Recife, ficou surpreso com a quantidade e variedade de trabalhos comunitários aqui produzidos com temas sobre as favelas do Rio de Janeiro e as florestas da Amazônia. Para o autor ficou claro que, mesmo sem ter naquele momento a história pública um reconhecimento acadêmico ou institucionalização, ela estava enraizada na cultura brasileira.

Shopes (2016) reflete sobre o contexto de surgimento da História Pública nos Estados Unidos. No mesmo momento em que se começava a falar sobre esse futuro campo, os historiadores orais se engajavam em uma prática mais democrática com projetos direcionando histórias locais de bairros para serem incorporados à história da cidade¹. Para além do uso da história oral como uma fonte histórica e arquivística, o objetivo era afirmar a “viabilidade desses bairros e a forma de vida que eles sustentavam, indo contra as forças do desenvolvimentismo e da gentrificação que estavam remodelando a cidade” (SHOPES, 2016, p. 76).

Somado a isso, os anos 1970 e 1980 foram o período de domínio da história social. Nesse contexto, segundo a autora, a história pública priorizou os temas da história social, ou seja, que tinha como atores sociais os membros de grupos não dominantes, como as mulheres, as minorias étnicas e raciais, as comunidades trabalhadoras e as minorias sexuais. A partir também de movimentos sociais esses grupos reivindicavam com mais força a inclusão de suas narrativas na história oficial.

O que era entendido no período como atuação de um historiador público era o trabalho desse profissional em museus, organizações históricas e outros ambientes já citados, fora do meio acadêmico. Entretanto, segundo Shopes (2016), a história pública tem sido significada mais como um campo que amplia a audiência ao público não acadêmico do que ao seu local de atuação não acadêmico. Partindo dessa ideia, o sentido de história pública hoje não tem por objetivo criar novos ambientes de trabalho para o historiador e sim pensar e capacitar pesquisadores/professores/acadêmicos para se direcionarem mais à sociedade. Veremos mais adiante como isso pode ser feito na prática e quais espaços informais estão sendo aproveitados.

¹ A autora cita o projeto Brass Workers History, de Jeremy Brecher e seus colegas; também cita o New York Chinatown History Project de John Tchen e Charles Lee; e por último Baltimore Neighborhood Heritage Project da qual ela mesma participou.

2.1.1 No Brasil

Se pensarmos na produção brasileira sobre o tema, alguns autores que já foram citados neste trabalho escreveram artigos para o primeiro livro sobre História Pública. A obra *Introdução à História Pública*, organizada por Almeida e De Oliveira Rovai (2011), foi publicada em 2011. A ideia do livro surgiu no início do mesmo ano, a partir de um curso ministrado na Universidade de São Paulo - idealizado por Santhiago e coordenado por Albieri.

Em 2012, a USP realizou a primeira Conferência Anual de História Pública. Nesse mesmo ano, foi criada a rede brasileira de História Pública em torno de pesquisadores e estudantes interessados sobre o tema. Estão entre os objetivos da rede: estimular a criação de grupos regionais para conduzirem reflexões sobre o tema, fomentar a realização de eventos como simpósios temáticos e promover o intercâmbio com pesquisadores estrangeiros².

Em 2016, foi publicado o livro *“História pública no Brasil: Sentidos e Itinerários”* organizado por Mauad, Almeida e Santhiago com 25 artigos sobre o tema escritos por diversos autores. Em 2018, foi publicado um novo livro chamado *“História Pública em debate: patrimônio, educação e mediações sobre o passado”* organizado por Almeida e Meneses. Em 2019, foi publicado o livro *“História Pública e a divulgação da história”* organizado por Carvalho e Tavares, ampliando a discussão sobre história pública na Internet.

No espaço das instituições, o primeiro programa de Pós-graduação que passou a oferecer o curso de Mestrado em História Pública foi a Universidade Estadual do Paraná, em 2019. As linhas de pesquisas são (1) Saberes e linguagens e (2) Memórias e espaços de formação. A grade do curso é composta por três disciplinas obrigatórias: História Pública e Teorias da História, Projeto Integrador em História Pública e Seminário de Pesquisa. As pesquisas atuais e futuras sobre História Pública do Programa representam um grande avanço para os estudos sobre o tema no Brasil³.

Liddington (2011, p. 47) escreve um dos capítulos do primeiro livro com o título *“O que é história pública? Os públicos e seus passados”*. A autora argumenta que esse campo possui importância urgente devido ao aumento da popularidade de representações do passado hoje. A questão da audiência é central uma vez que os historiadores públicos buscam realizar trabalhos para serem consumidos por um grande número de pessoas. Destaca-se também que

² Informações contidas no site <http://historiapublica.com.br/>.

³ Informações contidas no site do Programa. <http://ppghp.unespar.edu.br/vida-academica/auditorias>

os projetos de história pública podem ser muito enriquecidos a partir de parcerias com outros profissionais, como bibliotecários, arquivistas de estudos locais, jornalistas e web designers.

Como já mencionado, no caso dos EUA, a história oral que vinha se democratizando no mesmo período de surgimento da história pública construiu forte relação com esta. Essa aproximação entre as duas também foi feita por Liddington (2011) para explicitar que quando a história oral surgiu foi fácil identificar sua definição, mas conforme foi se consolidando como uma metodologia de pesquisa, os desafios derivados de questões éticas e epistemológicas a partir da relação entre entrevistado e entrevistador foram aparecendo. Dessa forma, assim como a história oral, a história pública se torna mais complexa ao lidar com memórias, narrativas e identidades.

A dificuldade de definição do conceito de História Pública existe pelo seu caráter polissêmico. Dessa forma, acho interessante mencionar a tipologia feita por Santhiago (2016) que elenca quatro engajamentos da área de estudo e ação da História pública:

- **História feita *para* o público:** ampliação de audiências;
- **História feita *com* o público:** história colaborativa e “autoridade compartilhada”;
- **História feita *pelo* público:** formas não institucionais de história e memória;
- **História e público:** reflexividade e autorreflexividade do campo.

Este trabalho irá priorizar uma reflexão sobre os dois primeiros sentidos, ou seja, uma história pública feita necessariamente por historiadores e que também se preocupe com a colaboração de seu público.

Em artigo mais recente, Santhiago (2018) chama a atenção para o fato de que a institucionalização americana em um modelo único pode provocar prejuízos à história pública quanto à possibilidade de práticas heterogêneas e intercâmbios intelectuais eficazes. No Brasil, segundo o autor, o surgimento da história pública se relacionou também com reflexões sobre o papel social da história e do historiador. A questão “Pra que serve a história?” foi inspirada a partir de problemas da história do tempo presente e tornou o conceito de história pública produtivo porque permitiu também o diálogo com outras noções – usos do passado, usos da memória, cultura histórica, passados práticos, demanda social, percepção pública da história, divulgação científica da história, interpretação e curadoria da história, pesquisa-ação, apropriações midiáticas da história, por exemplo (SANTHIAGO, 2018, p. 295-296).

Araújo (2017) argumenta que a existência da ampliação do valor social da história ou sua democratização não é um fenômeno novo. No século XIX, quando a história passava pelo processo de institucionalização, os discursos históricos, disciplinar e escolar, entraram em

disputa com o discurso histórico literário que se popularizavam pela imprensa e pelo livro, ambos em expansão. Segundo o autor, pesquisas recentes mostram que uma forma de escrita sobre história, leiga e popular, consagrada no romance, buscava também atender a uma demanda crescente por história já naquele período (ARAÚJO, 2017, p. 204).

Além disso, segundo Araújo, “nem o mais cientificista projeto historiográfico esteve desprovido de dimensões e objetivos práticos, éticos e políticos” (ARAÚJO, 2017, p. 205). Dessa forma, o autor afirma que a história só conseguiu o status de ciência no século XIX porque conseguiu convencer o Estado e a sociedade de que seu conhecimento tinha vantagens práticas. A história era importante para a mediação de conflitos internacionais, direcionar a conjuntura ou amplificar as identidades políticas.

2.2 Historiador e as transformações digitais

A relação entre pesquisadores em história e o mundo digital não começou hoje. O ofício do historiador se transformou com o advento do computador, assim como o cotidiano de outras profissões também mudou. A opção pelas tecnologias digitais facilitou e deu rapidez ao trabalho de pesquisadores sem que os fundamentos da disciplina fossem modificados. Como demonstra Noiret:

Quase todas as problemáticas tradicionais do ofício de historiador, da delimitação de uma hipótese de pesquisa à descoberta, ao acesso e à gestão dos documentos e das fontes, até conseguir os fundamentos narrativos e, sobretudo, até a comunicação da história e dos resultados de pesquisa, e, finalmente, o ensino da história, passam agora em parte ou no todo, pela tela do computador. Essas práticas se aninham no interior da rede (NOIRET, 2015, p. 32).

Entretanto, o uso do computador disseminado entre os historiadores não significou um aumento na participação em espaços colaborativos de discussão sobre História com o público leigo.

Segundo o autor, se a história pública não começou com o advento do computador ou da internet, ela se beneficiou da conexão em rede para transformar as práticas de comunicação aos públicos não acadêmicos. A tarefa específica da história pública para Noiret (2015, p. 42) é de “interpretar o passado de comunidades específicas e de comunicar a história e as memórias coletivas a partir de vários meios e mídias à disposição”. Logo, a era digital inseriu outra extensão para desenvolver a história pública, sem anteceder a ela. Além disso, sua concepção de História Pública se relaciona com a busca por uma história de uma

comunidade específica e a sua memória, considerando que as narrativas históricas tradicionais não atingem identidades locais. Fica claro que este sentido específico de história pública centrado na comunidade local, também defendido por outros autores já citados, é diferente daquele que tem a intenção de divulgar as pesquisas que se fazem na academia.

Por outro lado, se a recente expansão do público consumidor de história é um fato que se explica em grande parte pelo surgimento de novas mídias, especialmente a internet, como afirma Malerba (2017), dentro da discussão sobre historiador público e audiência é interessante pensarmos na dimensão do acesso de brasileiros às redes sociais. Isso será feito no próximo tópico a partir de dados da plataforma YouTube.

Segundo Malerba (2017. p. 136), “a relação historiador/historiografia/público há de se ser colocada em perspectiva histórica”. Dessa forma, é importante que os historiadores não percam de vista a variação dos sujeitos que escrevem a história e dos meios que fazem essa conexão de acordo com cada tempo/espço. A questão de *como* as pessoas conhecem a história e *quais* meios elas acionam para isso precisa ser investigada. Quem está de fora da academia e possui um interesse pelo passado vai pesquisar em artigos acadêmicos? Ou nos museus e centros culturais? Ou ainda em conteúdos nas redes sociais? Conteúdos textuais ou audiovisuais? Veremos agora alguns exemplos de divulgação/usos da história na Internet.

O blog Café História foi criado em 2008 por Carvalho (2016), atualmente professor da Universidade de Brasília e um dos professores colaboradores no Mestrado em História Pública da Universidade Estadual do Paraná. Carvalho também possui Graduação em Comunicação Social e afirma que foi a partir do seu interesse pelos campos da comunicação e da história que identificou uma falta de um espaço virtual que contemplasse um debate historiográfico e de divulgação científica. Quando o site completou nove anos de funcionamento foi identificado mais de 10 milhões de acessos (CARVALHO, 2016, p. 48). Em virtude do grande número de acesso, o blog se expandiu para outras redes sociais como Instagram, Twitter, Facebook e YouTube, possuindo estratégias diferenciadas.

Carvalho defende três razões para historiadores utilizarem as redes sociais na Internet:

Em primeiro lugar, porque as redes sociais na Internet alcançam bilhões de pessoas, um público diverso, heterogêneo e participativo, um público que nunca esteve tão acessível ao historiador. Em segundo lugar, porque os participantes das redes sociais, ou melhor, parte desses participantes quer dialogar, participar, interagir com os conteúdos que são apresentados a eles. Esse desejo de colaboração é talvez a maior oportunidade que a História Pública já teve para transformar o público em audiência e envolvê-lo efetivamente na escrita da história. Em terceiro lugar, porque as redes sociais são um dos maiores fenômenos históricos de nosso tempo, sendo isso, por si só, já suficiente para justificar a curiosidade do historiador CARVALHO, 2016, p. 50).

Páginas do Facebook já foram criadas para representar as instituições de ensino e os departamentos dos cursos, por exemplo. A divulgação dos acontecimentos da universidade é feita a partir desses canais de comunicação.

Outras instituições do governo que interessam ao historiador, como os Arquivos Públicos, também possuem suas redes. O Arquivo Nacional possui um Instagram e nele há postagens com fotos de documentos históricos relacionados à comemoração de algumas datas. Em 28 de setembro de 2019, foi postada a capa da Lei 2.040 de 28 de setembro de 1971, a Lei do Ventre Livre com uma breve explicação de dois parágrafos sobre a sua função e o contexto do período. O Instagram @arquivonacionalbrasil possui 87mil seguidores e a maioria de suas publicações são fotografias históricas.

Além disso, o crescimento dos cursos à distância aumentou o número de vídeo aulas no YouTube, desde aulas com foco no ensino superior, na educação básica ou cursinhos pré-vestibulares. Algumas universidades possuem canais no YouTube com cursos sobre História do Brasil que foram gravados durante as aulas de graduação. O canal UNIVESP TV e Canal USP são exemplos dessa tipologia. O primeiro, da Universidade Virtual de São Paulo, possui 718mil inscritos. A UNIVESP é a primeira universidade pública virtual do Brasil e foi fundada em 2012 (SÃO PAULO, 2012). No Canal da UNIVESP TV no YouTube existem diversas sequências de vídeo-aulas, abarcando as subáreas da História. Por exemplo, a sequência de vídeos sobre “História do Brasil Colonial I” possui 29 vídeos com duração de 25 minutos em média e com a indicação do texto para a aula na descrição do vídeo. Esse curso foi postado em 2014 e seu primeiro vídeo visualizado 165.022 vezes. O canal da Universidade de São Paulo segue o mesmo modelo de aula dentro da universidade. O professor de história da universidade Marcos Napolitano, por exemplo, ministrou o curso “História do Brasil independente: séculos XX e XXI” (NAPOLITANO, 2017) com 40 vídeos de 35 minutos em média, publicado em 2017. A discussão sobre o ensino à distância, que vem crescendo no Brasil e no mundo não é o foco deste artigo, mas considero importante demonstrar aqui o uso das redes também pelas próprias universidades como forma de democratizar o ensino de História.

O compartilhamento de eventos acadêmicos pelo Facebook alcança milhares de pessoas e contribui para a divulgação de novas pesquisas no âmbito da universidade. Dessa forma, se tornou tão necessário esse compartilhamento que eventos nacionais e regionais não deixam de ser colocados para a divulgação no Facebook.

2.3 O YouTube e a educação: uma ferramenta pedagógica?

De acordo com os dados disponíveis do próprio YouTube, são mais de 1,9 bilhões de usuários conectados e que acessam a plataforma todos os meses, número que corresponde a aproximadamente um terço da Internet. Diariamente as pessoas assistem mais de um bilhão de horas de vídeos e produzem bilhões de visualizações. A facilidade de acesso também ocorre em razão das versões locais que essa rede social produziu até o momento: são 91 países e 80 idiomas diferentes. O grande impacto que a plataforma possui atualmente também pode ser exemplificado por outros dados: o número de canais com mais de um milhão de inscritos cresce em 75% a cada ano⁴.

Para fazer uma discussão sobre os usos do YouTube e o ensino de História é necessário pensar primeiro como essa rede social define suas funções e princípios. Segundo dados do site, a plataforma tem como missão “dar a todos uma voz e revelar o mundo”, sendo um canal em que todos possam se expressar, ser ouvidos e compartilhar ideias ou histórias porque é isso que torna o mundo melhor. Podemos perceber que há um comprometimento em alcançar um público diverso e ilimitado. Essa justificativa vai de encontro com os quatro valores do YouTube, que são:

- Liberdade de expressão
- Direito à informação
- Direito à oportunidade
- Liberdade para pertencer

O “direito à oportunidade” está associado à criação de um negócio ou do alcance do sucesso. Este último valor “Liberdade para pertencer” possui o sentido de encontrar comunidades de suporte e de se reunir em torno de qualquer interesse compartilhado. Entretanto, dentre esses quatro valores, o que mais chama a atenção é o “direito à informação” que está relacionado com o grande potencial educacional que o YouTube viabiliza:

Acreditamos que todos devam ter acesso livre e fácil às informações e que o vídeo tem grande influência na educação, na construção do entendimento e na transmissão de informações sobre acontecimentos no mundo, sejam eles grandes ou pequenos⁵.

⁴ Dados obtidos no segmento referente às estatísticas proporcionadas pelo próprio site do *YouTube*. Disponível em: <https://www.youtube.com/intl/pt-BR/about/press/>. Acesso em: dezembro de 2019.

⁵ Dados obtidos no segmento referente às estatísticas proporcionadas pelo próprio site do *YouTube*. Disponível em: <https://www.youtube.com/intl/pt-BR/about/press/>. Acesso em: dezembro de 2019.

Os resultados de uma pesquisa feita em 2017 pelo *Think with Google*, um portal de pesquisa e tendências da Google, demonstrou que 31% das pessoas que participaram respondendo o questionário consideram que a plataforma é uma fonte de aprendizado⁶.

Como isso tem ocorrido na prática no ambiente escolar? Abordaremos alguns dados de acesso da plataforma no Brasil e com base em pesquisas já realizadas em escolas - que levaram em consideração também a opinião dos alunos sobre a influência do YouTube no seu rendimento escolar - propõe-se uma reflexão sobre essa questão.

Uma pesquisa feita pela *Global Web Index* em 2017 mostrou que o YouTube é a rede social mais acessada no mundo. O Brasil possui 139,1 milhões de usuários da internet e 63% destes utilizam regularmente essa plataforma. A porcentagem de quem assiste a vídeos todos os dias é de 44%, ou seja, aproximadamente 61,2 milhões de pessoas. A pesquisa demonstrou também que os usuários acessam o YouTube por dispositivos móveis, computadores e Smart TV's (JUNGES; GATTI, 2019).

Apesar de não podermos prever até quando esse grande quantitativo de usuários continuará acessando essa rede social ou até quando a criação de canais permanecerá em grande número, é preciso inserir a plataforma no contexto recente e atual de mudanças nas relações humanas ocasionada pela cultura digital da Internet. Diversas áreas sociais foram afetadas com o fenômeno da Internet e a educação é uma delas (QUEIROGA JÚNIOR, 2018).

Para compreender como os pesquisadores brasileiros tem abordado o uso do YouTube como ferramenta de aprendizagem, Débora Junges e Amanda Gatti realizaram uma pesquisa sobre a produção brasileira entre os anos de 2012 e 2016. Uma das metodologias utilizadas foi a seleção de três teses de doutorado e seis de mestrado no catálogo de teses e dissertações da capes. As autoras concluíram que essas produções:

ressaltam a importância de se procurar inserir, cada vez mais, o YouTube como ferramenta de aprendizagem no contexto das nossas escolas. Isso porque tanto alunos quanto professores participantes das pesquisas percebiam ganhos efetivos com a inserção dessa plataforma como ferramenta de auxílio na aprendizagem formal, seja como material de apoio para os docentes nas aulas, mas também dando voz e protagonismo para os jovens produzirem e compartilharem seus conhecimentos e suas produções em formato de vídeo no YouTube (JUNGES; GATTI, 2019, p. 146).

⁶ Disponível em: <https://www.thinkwithgoogle.com/intl/pt-br/youtubeinsights/2017/de-play-em-play/>. Acesso em: dezembro de 2019.

Dessa forma, as autoras identificaram duas funções que a plataforma proporciona: material didático para professores e criação pelos próprios alunos de conteúdo audiovisual com os temas específicos das disciplinas.

A partir da aplicação de um questionário online - que teve a participação de 184 alunos do Ensino Médio do Colégio - resultados notáveis foram observados. Desse total de estudantes, 176 alunos (96%) responderam que faziam uso do YouTube e foi perguntado a estes quais são as principais razões que os levam a utilizar a plataforma para aprender/buscar conhecimento (múltiplas alternativas). As respostas mais selecionadas foram (JUNGES; GATTI, 2019, p. 153):

I - Aprendo melhor assistindo vídeos 49%

II - Como forma de se preparar para avaliações na própria instituição de ensino (provas, teste, trabalhos) 48%

III - Para compreender melhor o conteúdo estudado em sala 43%

No caso dos alunos desse estudo de caso, quase a metade deles respondeu que aprende melhor assistindo vídeos, o que possibilita a inclusão do uso desse recurso no momento da aula. Já a razão III, o professor também pode indicar vídeos para os alunos assistirem em casa, formulando uma ou mais questões como tarefa para entregar na aula seguinte (JUNGES; GATTI, 2019, p. 148-154).

Dessa forma, a pesquisa concluiu que além do acesso da plataforma para entretenimento e outros fins, grande parte dos estudantes dessa escola também recorrem ao YouTube para aprender e estão relacionam o conteúdo dado na escola com os vídeos na internet. Com relação à construção do conhecimento, os números acima mostram que muitos deles acreditam que o YouTube oferece ganhos para os seus desempenhos escolares.

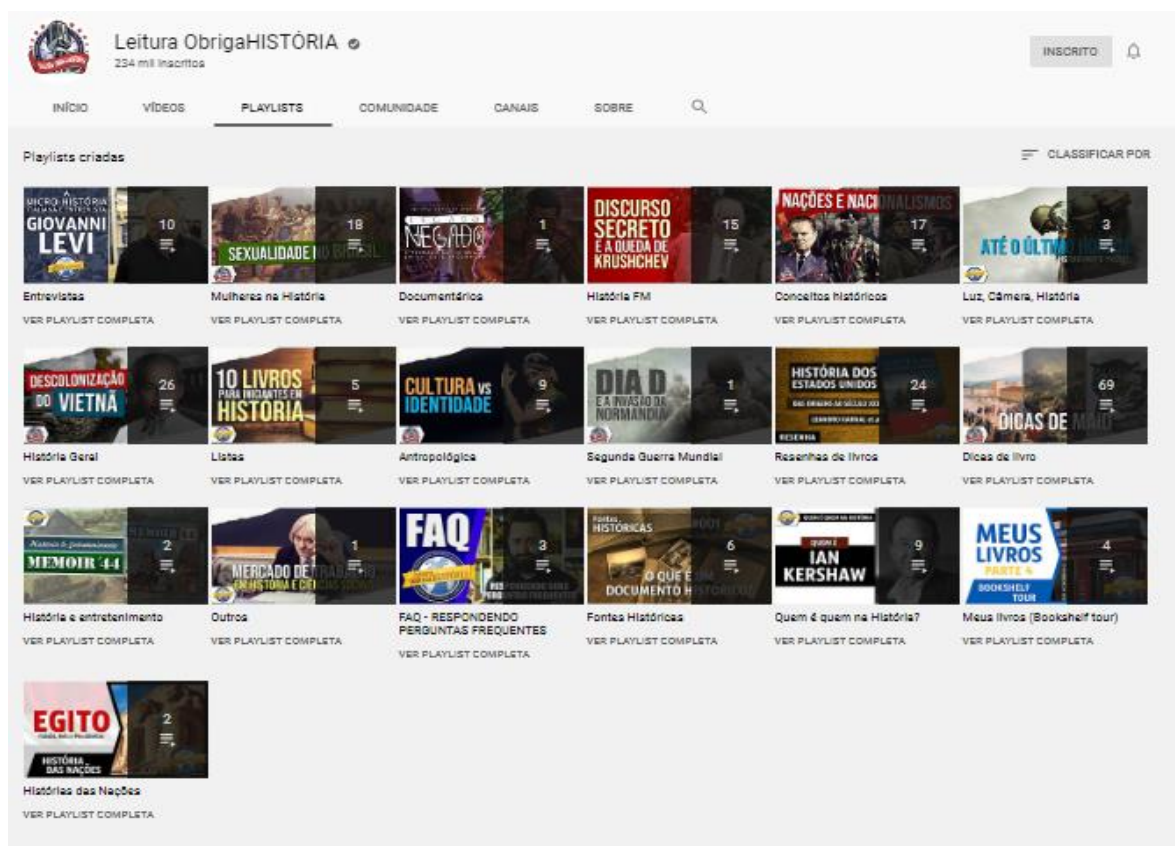
2.4 YouTube e o Ensino de História

Este artigo reúne experiências individuais e coletivas de historiadores com História Pública e analisa três canais no YouTube criados recentemente: Leitura Obrigatória, Lili Schwarcz e História da Ditadura. Esses três canais possuem lógicas de funcionamento bastante diferentes. O primeiro foi criado pelo historiador Icles Rodrigues e produz vídeos sobre diversos temas de história mundial e do Brasil. O canal foi crescendo até o ponto em que foi preciso pensar para além do trabalho individual e outras duas pesquisadoras, uma da área de história e outra de antropologia, foram incluídas para fazer parte do trabalho. O segundo é apresentado pela professora universitária e historiadora Lilia Schwarcz. Os vídeos

são produzidos pela produtora Uzumaki comunicação, que possui uma equipe com 14 funções diferentes realizadas por 19 pessoas além de Lilia. Entre as funções estão produção, edição, designer, redação, mídias sócias, entre outras. O terceiro é produto de uma criação coletiva e conta com vários historiadores especialistas em apenas um tema, a Ditadura Civil-Militar brasileira.

O canal Leitura ObrigaHistória foi criado em agosto de 2015 por Icles Rodrigues, Doutorando em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) tem 234 mil inscritos⁷. Os conteúdos produzidos para o canal versam sobre História, mas também sobre outras ciências humanas. Em artigo recente, Rodrigues (2019) relata que antes desse formato e quando ainda cursava história na graduação, em 2009, ele publicava resenhas de livros em um blog com o mesmo nome do canal. Inspirado por outros canais no YouTube, Rodrigues resolveu utilizar o YouTube para a criação de conteúdos audiovisuais.

Figura 1 - Organização de vídeos por playlists



Fonte: Rodrigues; Jales; Pisani (2019).

⁷ Todos os dados sobre os canais no YouTube foram analisados no mês de setembro de 2019.

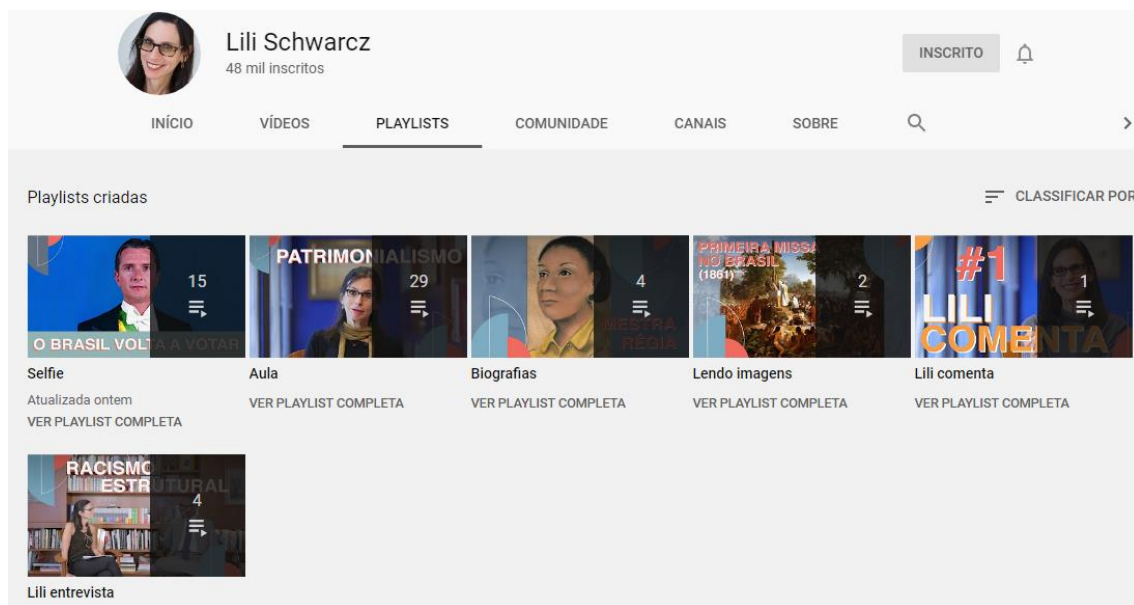
Rodrigues destaca que é preciso ter *Software* adequado e um *Home studio*, para criar um canal no YouTube que se preocupe em atingir um grande número de pessoas. Além disso, como essa rede social prioriza a divulgação de canais que tem vídeos postados com maior periodicidade, é preciso fazer um cronograma de publicação de vídeos. A construção desse meio de comunicação exigirá investimento de tempo e dedicação. Outros recursos são optativos, como alternativas pagas para ampliar a divulgação. Rodrigues afirma que a experiência de seu canal mostrou que os temas mais vistos são aqueles que para os acadêmicos são básicos, como os conceitos históricos – anarquismo, comunismo, socialismo, capitalismo, direita, esquerda, entre outros. Isso demonstra que o acesso a conteúdos sobre história no seu canal é feito por um público leigo interessado pelo passado.

Outro canal do YouTube de grande importância foi criado em setembro de 2018 por Schwarcz (2018) - historiadora, antropóloga e professora da Universidade de São Paulo. Um pouco antes dessa criação, em abril de 2018, foi publicado no canal do YouTube Leitura Obrigatória uma entrevista⁸ com Schwarcz, na qual a professora conta que possui experiência em lidar com o público desde a fundação da editora Companhia das Letras, em 1986. A atuação profissional em jornais – como a Folha de São Paulo e Nexo Jornal – permitiu a autoria de colunas tanto sobre temas de sua especialidade, como para opinar não apenas como professora, mas como cidadã do Brasil discutindo assuntos da atualidade. Schwarcz ainda revela que ter dado aulas nos EUA, na Universidade de Princeton, também contribuiu para a abertura de seu olhar para além do sistema acadêmico brasileiro. Do ponto de vista da historiadora, no Brasil ainda há poucos intelectuais que se abrem para o público não acadêmico e que é preciso mudar isso, uma vez que a internet possui uma influência muito grande e é um perigo que os intelectuais dialoguem apenas entre si.

O nome do canal é Lili Schwarcz, possui 48 mil inscritos e 42 vídeos. Lilia produz conteúdo sobre História, biografias, entrevistas com autores e temas atuais. Com exceção das entrevistas, os vídeos possuem no máximo 10 minutos de duração.

⁸ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qc4AdYh1D50&t=704s>

Figura 2 - Organização dos vídeos “Lili Schwarcz”



Fonte: Schwarcz (2019).

Veja abaixo a listagem dos vídeos com mais visualizações no Canal Lili Schwarcz:

Quadro 1 – listagem dos vídeos mais vistos por meio do canal.

Título	Visualizações	Data em que foi postado
A entrada das teorias raciais no Brasil	37.237	05/09/2019
Diáspora nordestina e a construção do Brasil	22.390	12/09/2019
Mas... o Brasil já foi socialista?	21.035	12/03/2019
O Brasil é um país tolerante?	18.487	25/04/2019
A falácia da Ditadura sem corrupção	19.696	19/03/2019

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

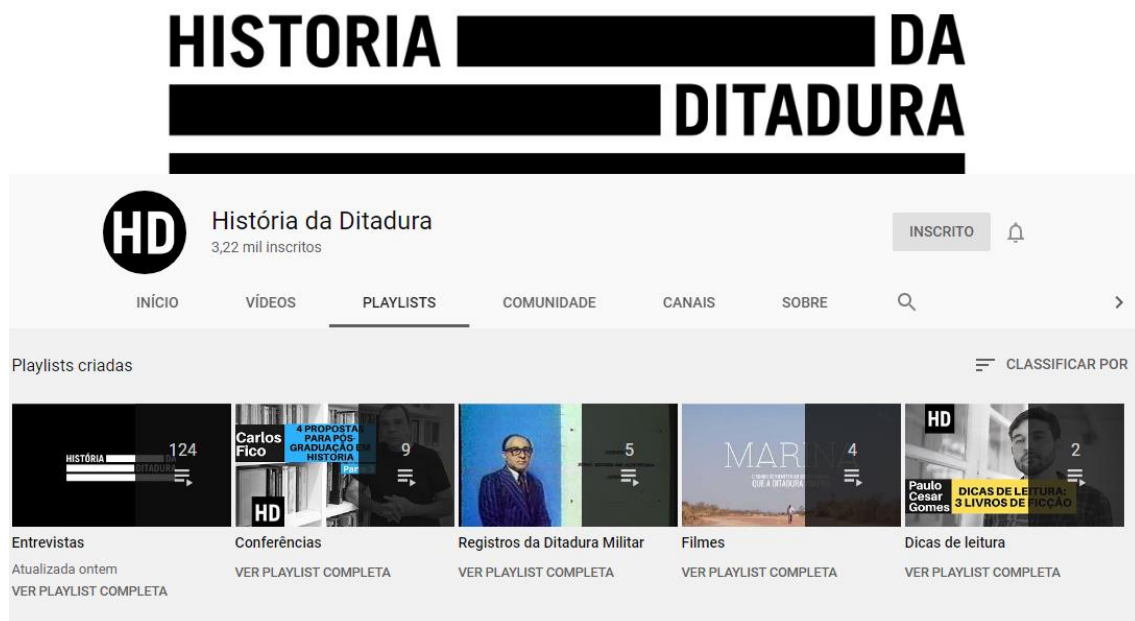
É interessante notar que os dois vídeos mais visualizados foram também os mais recentes até setembro de 2019, indicando um crescimento do canal. É possível observar que muitos vídeos partem de problemáticas do presente. Dos vídeos sobre História, o mais popular possui um número superior a 37 mil visualizações e tem como título “a entrada das teorias raciais no Brasil”, tema de especialidade da autora.

No último vídeo da tabela, Schwarcz (2018) busca desconstruir a falácia de que não houve corrupção no período da Ditadura Civil-Militar. Esse vídeo tem o objetivo de desmistificar crenças atuais e intervir de forma crítica e qualificada.

Já o canal História da Ditadura foi inicialmente criado e pensado em formato de Blog em 2016 por Paulo César Gomes, Pedro Teixeira, Adrianna Setemy, Daniel Accioly, Diego Knack e João Teófilo. Esse grupo de historiadores possui ainda a colaboração de quatro editores e mais de 10 colaboradores. É um projeto que se enquadra no conceito de História Pública uma vez que objetiva a divulgação sobre um tema da história – ditadura militar brasileira - e propõe o diálogo com públicos mais amplos que não estejam restritos à academia. O site não tem vinculação com nenhuma organização pública ou privada. Registros de época como fotos, vídeos, publicações da imprensa, obras artísticas, entre outros são analisados pelos historiadores.

Além da história em ambiente público, outra característica a ser destacada é o espaço colaborativo desses meios de comunicação. Assim, o espectador passa a ser também um participante, podendo enviar opiniões, críticas e sugestões a serem incorporadas aos conteúdos. Além de especialistas no tema, o grupo passou a entrevistar pessoas que viveram a época. Esses depoimentos se encontram disponibilizados no canal no YouTube.

Figura 3 - Organização de vídeos por playlists “História da Ditadura”



Fonte: Gomes *et al.* (2019).

Gomes (2019), um dos editores do site, argumenta que uma das razões para a criação do canal foi a insatisfação em saber que os resultados de anos de pesquisa acadêmica tinham apenas um público restrito. Para Gomes, essa foi a razão pela qual o grupo de historiadores decidiu criar um canal de comunicação para o grande público. Além disso, para o editor, as pesquisas financiadas por bolsas de fomento utilizando o dinheiro público deveriam ter um retorno para a sociedade (GOMES, 2019, p. 93-4).

O autor também comenta alguns desafios que tiveram para a publicação de artigos no blog escritos por historiadores convidados: convites que ficaram sem resposta, historiadores que não estavam habilitados a se comunicarem com outros públicos, a resistência dos acadêmicos em realizar textos com linguagem mais acessível, o fato de que os artigos para divulgação no site não contabilizam pontos no currículo *lattes* (GOMES, 2019, 95).

Há ainda uma preocupação dos editores com o ensino da História na escola. Um segmento específico no site chamado “Na escola” disponibiliza reflexões de pesquisadores de temas educacionais, planos de aula e materiais didáticos para uso em sala. Dois dos vídeos do canal tem como tema “O ensino da ditadura militar nas escolas” entrevistando a professora Alessandra Carvalho, do Colégio de Aplicação UFRJ.

A revisão e adaptação dos textos de acadêmicos para serem publicados no site são feito com a ajuda de um “guia de redação” criado pelo grupo. Outros desafios, que já foram discutidos aqui são aprender a editar vídeos, gerenciar redes sociais e ter atenção às discussões atuais sobre o tema. Para que tudo fosse possível Gomes destaca a importância do trabalho coletivo (GOMES, 2019, 98).

Para Gomes (2019), no momento atual a autoridade do discurso historiográfico está sendo publicamente questionada tanto pelo senso comum e quanto por políticos. O tema da ditadura vem sendo carregado de falseamentos mal-intencionados para justificar o arbítrio e relativizar as violações aos direitos humanos que foram praticadas naquele período.

Dessa forma, o sentido que a história pública adquire é de poder ser uma resposta a essas ações porque evidencia a função social e política da pesquisa acadêmica a partir da divulgação científica. O espaço colaborativo das redes sociais é fundamental nesse processo porque possibilita além da divulgação, a participação dos leitores/espectadores. O historiador que atua nesse espaço pode provocar reflexões, estimular o pensamento crítico e dialogar com seus públicos.

Segundo Malerba (2017), os historiadores públicos têm interesse na interação entre o passado e o presente e sempre tiveram o grande público como fator fundamental de sua

atuação. A partir da Web 2.0⁹ o conceito de público se alterou desde o surgimento da história pública na década de 1970. A preocupação com questões do tempo presente é uma característica dos três canais de comunicação mencionados.

Como podemos observar, a história pública na internet se organizou a partir de canais de comunicações que em suas épocas eram tendência. Inicialmente os blogs foram os principais meios de divulgação da história. Mais tarde, outras redes sociais se tornaram mais acessadas pelos internautas, como Facebook, Twitter e o YouTube. Esta última tem como recurso principal o áudio visual e não mais o textual, e como vimos, tem sido cada dia mais usada pelos brasileiros.

Os três canais possuem uma linguagem diferente daquela utilizada no meio acadêmico. Muitos dos vídeos possuem recursos como imagens, fotografias, possibilitando o uso por professores nas aulas de história. Dessa forma, a história pública pode contribuir com o Ensino de História. Uma história pública feita por esses canais é direcionada para um público leigo e não acadêmicos, assim como nossos estudantes da educação básica.

⁹ Segundo Primo, a Web 2.0 se define como a segunda geração de serviços online e caracteriza-se por potencializar as formas de publicação, compartilhamento e organização de informações, além de ampliar os espaços de interação entre os participantes do processo (PRIMO, 2007, p.1.).

3 ATIVIDADE PEDAGÓGICA: O MOVIMENTO ABOLICIONISTA BRASILEIRO

1) Atividade Pedagógica

Disciplina: História

Nível de Ensino: Ensino Fundamental II

Ano/ Série: 9º ano

Duração: 3 aulas de 50 minutos

Tema: O movimento abolicionista brasileiro

Problema: Quais atores sociais participaram ativamente do movimento abolicionista e quais foram suas estratégias?

Objetivo geral: Compreender a abolição da escravidão como resultado do primeiro movimento social brasileiro, o movimento abolicionista, iniciado na década de 1860.

Objetivos específicos:

- Compreender o abolicionismo como um movimento amplo que operou para além da atuação da Princesa Isabel e do Parlamento, e que se efetuou também no espaço público a partir de estratégias conforme a conjuntura política.

- Analisar as estratégias e retóricas abolicionistas
- Perceber que os escravos participaram do processo de abolição da escravatura
- Conhecer os principais abolicionistas que muitas vezes não são citados nos livros didáticos.
- Conceitos/noções: Abolição; Escravidão; Legislações abolicionistas.

- **Conteúdos**

Quadro 2 - Aula 1 Expositiva - As Legislações abolicionistas¹⁰ e o contexto internacional

1826	Tratado com a Inglaterra	Extinção do tráfico negreiro
1831	Novo tratado com a Inglaterra	Torna livres os africanos entrados no país desde então
1850	Lei Eusébio de Queiroz	Extinguiu finalmente o tráfico de escravos africanos para o Brasil, após mais de 30 anos de acordos com a Inglaterra não cumpridos. A Lei foi aprovada por uma Câmara Conservadora, mas com o voto contrário das províncias cafeeiras. No entanto, a aprovação da Lei de terras no mesmo ano atenderia os interesses das elites cafeeiras.
1871	Lei do Ventre Livre	Liberta os nascidos de mãe escrava a partir de então, com a condição de ficarem sob protetorado do senhor da mãe obrigatoriamente até os oito anos de idade e condicionalmente até os 21. A lei também cria o Fundo de Emancipação.

¹⁰ Vainfas (2002).

1885	Lei dos Sexagenários ou Lei Saraiva-Cotegipe	Concede liberdade aos escravos com mais de 60 anos, mediante 3 anos adicionais de trabalho a título de indenização ao proprietário.
1888	Lei Áurea	Promulgou o fim da escravidão no Brasil.

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

O Brasil foi o último país das Américas a abolir a escravidão e, portanto, os outros já tinham tido a experiência de pôr fim à escravidão em seus países ou colônias. Na década de 1870, o Brasil já tinha vivido a Guerra do Paraguai, conflito que aguçou ainda mais as críticas sobre a legitimidade da escravidão. Os debates sobre a abolição se tornavam cada vez mais acirrados, mas ainda se colocava em dúvida quando e como abolir a escravidão. Nesse período, no campo político ainda se mantinha a inclinação por uma abolição gradual, apesar de termos tido propostas também para o fim imediato da escravidão. Mesmo os abolicionistas, como Joaquim Nabuco (deputado pernambucano) acreditava que seu projeto de lei de 1880 pudesse ser aprovado se tivesse incluído a indenização aos proprietários de escravos. Nele a abolição aconteceria em 1890. Porém, foi rejeitado¹¹.

As estratégias que funcionaram em outros locais do mundo chegavam a partir de jornais, livros ou viagens e eram disseminadas por panfletos, literatura, associações, boicotes e *meetings*. Ingleses e americanos misturavam estratégias político-parlamentares com campanhas no espaço público. Os franceses preferiram ações mais associadas ao sistema político sem tanta expressão popular, e no Haiti, a luta pela abolição era a rebelião escrava. Joaquim Nabuco viajava pelo exterior para fazer alianças com abolicionistas de outros países.

A abolição não ocorreu de forma simultânea em todo o país. Apesar da lei de 13 de maio de 1888 ter tido caráter nacional, algumas províncias decretaram a abolição antes mesmo dessa lei. Em 1883, foi fundada a Comissão Central Emancipadora que tinha o objetivo principal a criação de uma estratégia mais eficaz e ousada do que as conferência-concerto. Eles aplicaram a tática estadunidense chamada *underground rail-road*, que criava uma grande malha de abrigos para escravos fugirem até *free soil*, que no caso americano eram Canadá ou o Norte do país. No Brasil, os asilos para escravos fugitivos eram os quilombos

¹¹ Verbetes do Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889) (VAINFAS, 2002).

clandestinos. O foco era libertar a capital da Corte, o que não foi possível. O que daria influência a “libertação de territórios” era o fator político: os abolicionistas começaram essa estratégia nas províncias em que a chance de reconhecimento da legitimidade do abolicionismo era certa. As chances reduzidas de repressão policial também contaram como um fator importante. Dessa forma, o Ceará foi a primeira província livre da escravidão, no dia 25 de março de 1884. Destaca-se naquela região, no momento em que a mobilização crescia, dois governos seguidos com presidente da província que legitimavam o ativismo local. Depois os abolicionistas decretaram “libertada” Vitória, Amazonas e Porto Alegre (ALONSO, 2015, p. 186-235).

A abolição dos territórios e a sistemática estratégia de fugas coletivas orientadas duraram até 1888, quando a Câmara e o Senado aprovaram a lei da abolição por ampla maioria. A assinatura foi feita pela Regente do Trono, a Princesa Isabel, visto que D. Pedro II estava fora do Brasil.

Aula 2 Expositiva com folha impressa: A diversidade de estratégias do movimento abolicionista brasileiro de acordo com Alonso (2015).

1. Ativismo Judicial (ALONSO, p. 103): a partir das ações judiciais de liberdade; habeas corpus; processos cíveis; utilizava-se do instrumento legal do Império para libertar escravos que foram reescravizados ilegalmente. O principal nome desse tipo de abolicionismo foi Luiz Gama, único entre os líderes que havia passado pela experiência da escravidão.

2. Abolicionismo de Elite (ALONSO, 23-50): Ação de Lobby; junto a autoridades políticas, econômicas e sociais; projetos de lei nacional ou provincial; formação de blocos parlamentar; lançamento de candidaturas eleitorais; André Rebouças, o primeiro engenheiro negro no Brasil, vinha de família com situação financeira estável e fazia esse diálogo com a elite e com D. Pedro II.

3. Abolição nos espaços públicos (ALONSO, 2015): Patrocínio e Rebouças apostaram na mobilização popular para pressionar o Parlamento pelo fim da escravidão. As reformas do gabinete Rio Branco (1871) contribuíram para fortalecer a sociabilidade nas cidades. A reforma educacional trouxe a possibilidade de jovens de origem social pouco nobre ingressar na faculdade. Mesmo quando não encontravam emprego, esses jovens estimularam campanhas favoráveis às mudanças no espaço público. A conjuntura política no governo liberal de 1878 também aumentou as manifestações públicas dos abolicionistas. O movimento a partir da oratória era necessário, uma vez que segundo o último recenseamento do Império (1872), apenas 15% da população era alfabetizada.

4. Os Fundos de Emancipação: permitia que fosse arrecadada verba para ser revertida para a compra de alforrias.

5. Teatros: artisticamente orientado, apelava às lágrimas e atingia os estratos sociais mais baixos. Várias encenações foram realizadas nesses espaços, como o clássico do abolicionismo mundial, *A cabana do pai Tomás*, que percorreu o Brasil com a companhia teatral. Cada capital provincial tinha seu teatro com programação semanal. Ao invés das Igrejas, foram os teatros que passaram a ser o centro da vida social.

6. Associativismo: entre os anos 1878 e 1885 foram criadas em média 30 associações por ano. Esse boom ocorreu por três razões segundo Alonso: a expectativa criada pelo Partido Liberal, a existência de aliados nas instituições políticas (formação do bloco abolicionista no Parlamento) e a tolerância dos governos liberais que não reprimiam as conferências-concerto no espaço público.

7. Livros e manifestos: O manifesto da Confederação abolicionista sistematizava as ideias do movimento no Rio de Janeiro e pregava a liberdade como direito natural e juridicamente garantido. O livro escrito por Joaquim Nabuco, *o abolicionismo*, foi uma obra de propaganda abolicionista que citava as abolições em diversos países e buscava combiná-las às tradições dos liberais radicais.

8. Ações de confrontação/resistência: fugas orientadas; desobediência civil; obstrução de embarque de escravos em portos e estações ferroviárias; incitação à violência; incêndio.

Quadro 3 - Discurso abolicionista

Progresso	A escravidão representava o atraso para o país no caminho à civilização. A liberdade era o progresso
Direito	A liberdade é inseparável da condição humana
Retórica da compaixão	Dramatizou a injustiça da escravidão a partir das peças e da literatura

Fonte: Alonso (2015, p. 91-102).

Aula 3 vídeos no YouTube: Conhecendo importantes personagens negros que participaram da abolição no Brasil.

Vídeo 1.

Título do vídeo: Biografia | Maria Firmina dos Reis

Duração: 3:53

Canal do YouTube: Lili Schwarcz

• Procedimentos e estratégias:

1. Informações dadas pelo professor antes da visualização do vídeo: A autora é considerada a primeira mulher no Brasil a ser escritora. Ela viveu o período da escravidão no século XIX e publicou o primeiro livro abolicionista. Ela criou a primeira escola mista e gratuita do Brasil, na cidade de Guimarães, no Maranhão¹².

2. Após a visualização dos vídeos em sala, o professor deverá estimular os alunos a observarem a data de publicação do vídeo, quem o produziu, se é professor ou não, qual é o conteúdo do vídeo, as intenções daquele vídeo, quem está falando, de onde a pessoa fala.

3. Depois disso, os alunos terão que responder a um questionário:

- a) Quem foi Maria Firmina dos Reis? Qual era a sua profissão? Onde nasceu?
- b) Como a sua história de vida se relaciona com a abolição da escravidão?
- c) Qual é o nome da sua principal obra?
- d) Maria Firmina dos Reis aparece no seu livro didático no capítulo sobre abolição?

Por quê?

Vídeo 2.

Título do Vídeo: Como a luta contra a escravidão virou uma campanha de massas

Canal no YouTube: Ciência USP

Duração: 8:05

Sobre o vídeo: além da especialista no Tema, Angela Alonso, que aparece falando no vídeo, ele contém fotografias dos líderes abolicionistas André Rebouças, José do Patrocínio e Joaquim Nabuco. Também mostra fotos de documentos históricos como alguns jornais abolicionistas de regiões além da Corte, a capa do manifesto da confederação abolicionista do Rio de Janeiro, um documento que mostra a declaração no Ceará dos municípios que vão se tornando livres e a revista ilustrada.

¹² <http://www.palmares.gov.br/?p=34293>

- Procedimentos e estratégias:

1. Estimular os alunos a observarem a data de publicação do vídeo, quem o produziu, se é professor ou não, qual é o conteúdo do vídeo, as intenções daquele vídeo, quem está falando, de onde a pessoa fala.

2. Após o vídeo ser passado em sala de aula, os alunos terão que responder a um questionário.

a) Quais líderes abolicionistas são citados no vídeo? Eles possuíam a mesma origem social?

b) Qual foi a primeira província no Brasil a ser declarada pelos abolicionistas como livre da escravidão?

c) O que eram as Conferências-concerto?

- **Avaliação**

Os alunos deverão entregar um texto dissertativo com no máximo uma lauda sobre os conteúdos aprendidos nas aulas sobre o tema. O professor poderá formular uma questão ou mais para direcionar o pensamento, como por exemplo: Baseado no que foi discutido nas aulas, é correto afirmar que os escravos não participaram efetivamente do processo de abolição da escravatura? Justifique sua resposta.

4 CONCLUSÃO

Uma vez que a questão central do trabalho é relacionar o Ensino de História e as novas mídias para realização de uma atividade pedagógica na educação formal, o sentido de “História Pública” que aqui se aplica é o de conteúdos produzidos necessariamente por historiadores.

Podemos concluir que pensar uma História Pública dessa maneira pode trazer benefícios para o ensino de história dentro das instituições escolares. Os pesquisadores acadêmicos dos canais mencionados que estão buscando ampliar seus públicos contribuem para que professores da educação básica tenham a possibilidade de utilizar aqueles vídeos em sala de aula. Dessa maneira, há a oportunidade de escaparmos das narrativas do passado na Internet que são falsificadas uma vez que foram produzidas por profissionais da área.

Além disso, alguns recursos didáticos já vêm sendo comumente usados por professores de história, como fotografias, notícias de jornais, fontes históricas e filmes. A lógica de problematizá-los é a mesma quando se lida com vídeos do YouTube. Mesmo que o vídeo tenha sido produzido por professores, quando a plataforma for utilizada como ferramenta de aprendizagem será preciso observar a data de publicação do vídeo, quem o produziu, as intenções daquele vídeo, quem está falando, de onde a pessoa fala, etc.

O planejamento do conteúdo do vídeo feito por um professor provavelmente ocorre de forma parecida com um plano de aula, com objetivos definidos. A partir do vídeo que o professor de história utiliza ele também irá ensinar aos alunos como acessar a plataforma de forma mais crítica quando ele for visualizar qualquer outro conteúdo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Juniele Rabêlo de.; DE OLIVEIRA ROVAI, Marta Gouveia. **Introdução à História Pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

ALMEIDA, Juniele Rabêlo de.; MENESES, Sônia. (org.). **História pública em debate: patrimônio, educação e mediações do passado**. São Paulo: Letra e Voz, 2018.

ALONSO, Angela. **Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-1888)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

ARAÚJO, Valdei Lopes de. O direito à história: o(a) historiador(a) como curador(a) de uma experiência histórica socialmente distribuída. *In: GUIMARÃES, Gêssica.; BRUNO, Leonardo.; PEREZ, Rodrigo. (org.). Conversas sobre o Brasil: ensaios de crítica histórica*. Rio de Janeiro: Editora autografia, 2017. p. 191-216.

CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. História Pública e redes sociais na internet: elementos iniciais para um debate contemporâneo. **Revista Transversos. “Dossiê: História Pública: escritas contemporâneas de História**. Rio de Janeiro, Vol. 7, nº 7, ano 3, p. 35-53, set. 2016.

CARVALHO, Bruno Leal Pastor de.; TEIXEIRA, Ana Paula Tavares. **História Pública e a divulgação de história**. São Paulo: Letra e Voz, 2019.

FRISCH, Michael. A História pública não é uma via de mão única, ou, De A Shared Authority à cozinha digital, e vice-versa. *In: MAUAD, Ana Maria.; ALMEIDA, Juniele Rabêlo.; SANTHIAGO, Ricardo. (org.). História Pública no Brasil: sentidos e itinerários*. São Paulo: Editora Letra e voz, 2016.

GOMES, Paulo César. História da Ditadura: como tratar de regimes ditatoriais com o grande público. *In: CARVALHO, Bruno Leal Pastor de.; TEIXEIRA, Ana Paula Tavares. História Pública e a divulgação de história*. São Paulo: Letra e Voz, 2019.

QUEIROGA JÚNIOR, Tarcísio Moreira de. **YouTube como plataforma para ensino de história: na Era dos “professores-youtubers”**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – UNILA, Foz do Iguaçu, 2018.

JUNGES, Débora de Lima Velho.; GATTI, Amanda. Estudando por vídeos: o YouTube como ferramenta de aprendizagem. **Informática na Educação: teoria & prática**, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p.143-158, maio/ago. 2019.

LIDDINGTON, Jill. O que é história pública? *In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; DE OLIVEIRA ROVAI, Marta Gouveia. Introdução à História Pública*. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

MALERBA, Jurandir. Historiadores e seus públicos: desafios ao conhecimento histórico na era digital. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.37, n. 74, p. 135-154, 2017.

MAUAD, Ana Maria.; ALMEIDA, Juniele Rabêlo.; SANTHIAGO, Ricardo. (org.). **História Pública no Brasil: sentidos e itinerários**. São Paulo: Editora Letra e voz, 2016.

NOIRET, Serge. História Pública Digital. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v.11, n.1, p. 28-51, maio 2015.

PRIMO, Alex. O aspecto relacional das interações na Web 2.0. **E- Compós (Brasília)**, v. 9, p. 1-21, 2007.

SANTHIAGO, Ricardo. História pública e autorreflexividade: da prescrição ao processo. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 286 - 309, jan./mar. 2018.

SHOPES, Linda. A evolução do relacionamento entre história oral e história pública. *In*: MAUAD, Ana Maria.; ALMEIDA, Juniele Rabêlo.; SANTHIAGO, Ricardo. (org.). **História Pública no Brasil: sentidos e itinerários**. São Paulo: Editora Letra e voz, 2016. p. 71-84.

SÃO PAULO. **Lei nº 14.836, de 20 de julho de 2012**. Institui a Fundação Universidade Virtual do Estado de São Paulo – UNIVESP, e dá outras providências correlatas. Disponível em:

http://univesp.br/sites/527174b7b24a527adc000002/assets/528fa0ce23309f51f500045e/LEI_N_14.836_DE_20_DE_JULHO_DE_2012_-_Institui_a_Funda_ao_UNIVESP.pdf

NAPOLITANO, Marcos. **História do Brasil Independente II. Curso em vídeo on-line**. São Paulo: Canal USP, 2017. Disponível em:

<https://www.youtube.com/playlist?list=PLAudUnJeNg4s-4VovmXIdTvgsFberfNEq>

VAINFAS, Ronaldo. (org.). **Dicionário do Brasil Imperial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

VAINFAS, Ronaldo.; FARIA, Sheila de Castro.; FERREIRA, Jorge.; SANTOS, Georgina dos. **História Volume 2**. São Paulo: Saraiva, 2014. PNLD 2012/2013/2014

ANEXO A - IMAGEM DO VÍDEO 1 UTILIZADO NO PLANO DE AULA (CANAL LILI SCHWARCZ)



**ANEXO B- IMAGEM DO VÍDEO 2 UTILIZADO NO PLANO DE AULA
(CANAL CIÊNCIA USP)**

